



CADERNOS

PROARQ 22

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PROARQ

CADERNOS
PROARQ 22

Reitor Carlos Antônio Levi da Conceição
Vice-reitor Antônio José Ledo Alves da Cunha
Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa Debora Foguel
Decano do Centro de Letras e Artes Flora de Paoli Faria

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
FACULTY OF ARCHITECTURE AND URBANISM

Diretor

Dean

Mauro Santos

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ)
Postgraduate Studies Program in Architecture (PROARQ)

Coordenação Geral

General Coordination

Coordenadora Maria Angela Dias

Vice-coordenadora Andrea Queiroz Rego

Coordenadoras adjuntas

Assistant Coordinators

Editoria Andrea Queiroz Rego

Ensino Rosina Trevisan Ribeiro

Extensão Lais Bonstein Passaro

Pesquisa Gustavo Rocha-Peixoto

Câmara de Editoria

Board of Editors

Andrea Queiroz Rego

Ethel Pinheiro Santana

Virginia Vasconcellos

Conselho Editorial do PROARQ

PROARQ Editorial Council

Ceça Guimaraes

Cristiane Rose Duarte

Gabriela Celani

Gustavo Rocha-Peixoto

José Manuel Pinto Duarte

Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos

Maria Angela Dias

Comissão Editorial

Editorial Committee

Andrea Queiroz Rego

Ethel Pinheiro Santana

Revisão

Revision

Virginia Vasconcellos

Noemi Zein Telles

Tradução

Translation

RioBooks Editora

Ethel Pinheiro Santana

Editoração / Projeto Gráfico

Desktop publishing / Graphic Design

Plano B [plano-b.com.br]

Capa

Cover

Ouro Preto Corpo e Alma - um pequeno recorte

Foto de Alexandre Martins

Ouro Preto Body and Soul - A short essay

Photograph by Alexandre Martins

PROARQ
PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA FAU \ UFRJ

FAPERJ
Fundação Coordenação de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Copyright©2013 dos autores

Author's Copyright©2013

Cadernos PROARQ

Av. Pedro Calmon, 550 - Prédio da FAU/ Reitoria, sl.433

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP 21941-901 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Tel.: + 55 (21) 3938-1661 - Fax: + 55 (21) 3938-1662

Website: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista>

E-mail: cadernos.proarq@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura –
Ano 1 (1997)

n. 22, julho 2014

Semestral

ISSN: 1679-7604

1-Arquitetura - Periódicos. 2-Urbanismo - Periódicos.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de
Pós-graduação em Arquitetura. 2013.

Comitê Científico

Scientific Committee

Alina Gonçalves Santiago, UFSC
Angélica Tanus Benatti Alvim, Mackenzie-SP
Antonio Carlos Carpintero, UnB
Antônio Tarcísio da Luz Reis, UFRGS
Beatriz Santos de Oliveira, UFRJ
Ceça Guimaraens, UFRJ
Circe Monteiro, UFPE
Cláudia Piantá Costa Cabral, UFRGS
Claudia Mariz de Lyra Barroso Krause, UFRJ
Cristiane Rose Duarte, UFRJ
Denise Santos, UFV
Eloisa Petti Pinheiro, UFBA
Emilio Haddad, FAU USP
Fernando Freitas Fuão, UFRGS
Fernando Diniz Moreira, UFPE
Frederico Holanda, UnB
Gilberto Yunes, UFSC
Giselle Azevedo, UFRJ
Gleice Elali, UFRN
Gustavo Rocha Peixoto, UFRJ
Ítalo Stephan, UFV
Jonathas Magalhaes Pereira da Silva, PUC Campinas
José Merlin, PUC Campinas
Laís Bronstein Passaro, UFRJ
Leandro Medrano, UNICAMP
Leonardo Bittencourt, UFAL
Leopoldo Gonçalves Bastos, UFRJ
Lucia Maria Costa, UFRJ
Luciana Andrade, UFRJ
Luiz Amorim, UFPE
Madalena Grimaldi de Carvalho, UFRJ
Maísa Veloso, UFRN
Márcio Fabricio, FAU USP
Marcos Silvano, UFRJ
Maria Lucia Malard, UFMG
Marta Romero, UnB
Monica Bahia Schlee, Prefeitura RJ
Monica Salgado, UFRJ
Patrizia Di Trapano, UFRJ
Paulo Afonso Rheingantz, UFRJ
Regina Cohen, UFRJ
Romulo Krafta, UFRGS
Rosina Trevisan Ribeiro, UFRJ
Ruth Verde Zein, Mackenzie-SP
Sergio Leusin de Amorim, UFF
Sheila Ornstein, USP
Silvio Macedo, USP
Sylvia Rola, UFRJ
Vera Bins-Ely, UFSC
Vera Regina Tângari, UFRJ
Vinicius Netto, UFF
Wilson Florio, Mackenzie-SP

Palavra do Proarq

Apresentamos o número 22 do **Cadernos PROARQ**, uma publicação bianual do Programa de Pós graduação em Arquitetura da FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ UFRJ, que nesta edição, mais uma vez, ratifica sua posição de periódico científico.

Este número traz algumas novidades que refletem o amadurecimento da revista. Entre elas destacamos a implantação do fluxo contínuo, dando fluidez ao processo de recebimento de artigos. Também renovamos os membros do Conselho Editorial da Revista, incluindo pesquisadores externos e estrangeiros, na busca de cooperação acadêmica e integração com outros programas internacionais.

Além disso, a partir deste número, os pareceristas que atuam na avaliação dos artigos integram o Comitê Científico da revista, o que reafirma a intensão do PROARQ de atuar em conjunto com outros Programas de Pós-Graduação e Graduação.

Parabenizamos os membros da Câmara de Editoria Andrea Queiroz Rego, Ethel Pinheiro Santana e Virgínia Vasconcellos pelo esforço e empenho em produzir mais esta edição do **Cadernos PROARQ**.

Os textos selecionados constituem um conjunto relevante de pesquisas realizadas em prol da arquitetura e urbanismo, e são encabeçadas pelo belíssimo artigo de Julio Bermudez, 'Simplicity, Science, Spirituality, Situation - Four ways for architecture to address the future'.

Desejamos que a leitura da revista, que já faz parte da trajetória do PROARQ, seja gratificante, enriquecedora e fonte de inspiração para novos projetos.

Maria Angela Dias
Coordenadora do PROARQ

A word from Proarq

We gladly launch the 22nd edition of CADERNOS PROARQ, a bi-annual publication of the Post-graduate Program in Architecture at the Faculty of Architecture and Urbanism/UFRJ, which in this issue, once again, confirms its scientific position.

This number brings some new features that reflect the maturity of the Journal. We highlight the implementation of a 'continuous flow' system which donates consistency to the receipt of files. We have also renewed the members of the Editorial Board of the Journal, including external and foreign researchers in the pursuit of academic cooperation and integration with other international programs.

In addition, the peer acting of assessing articles is given to the Scientific Committee of the magazine, which reaffirms the intention of PROARQ to act together with other postgraduate programs and also undergraduate institutions.

At last, we congratulate the members of the Editorial Board Andrea Queiroz Rego, Ethel Pinheiro Santana and Virginia Vasconcellos for all the effort and commitment in producing this edition of CADERNOS PROARQ.

The selected texts are an important body of research carried out for the sake of architecture and urbanism and are headed by the beautiful article of Julio Bermudez 'Simplicity, Science, Spirituality, Situation - Four ways for architecture to address the future'.

We hope that this reading, which is already part of the trajectory of PROARQ, may be rewarding, enriching and an inspiration for new projects.

Maria Angela Dias
Coordinator of Proarq/2014

Editorial

É com muito orgulho que lançamos a edição 22 do CADERNOS PROARQ num novo sistema de recepção de artigos: o fluxo contínuo. Este novo processo tem permitido muito mais agilidade e autogestão na avaliação dos muitos e variados artigos dirigidos à publicação em nossa revista.

O texto âncora desta edição, escrito pelo Professor Julio Bermudez, é denso, delicado e inspirador. Ao trazer à tona a questão da produção arquitetônica e, imediatamente, ao sedimentar a ideia de patrimônio como algo tangível Bermudez destaca os caminhos que podemos seguir para atingir quatro pilares historicamente desejados no desenvolvimento da Arquitetura: simplicidade, ciência, espiritualidade e situação (ou evento). De forma eloquente, Bermudez nos coloca a par das dificuldades e insuficiências da profissão de arquiteto no cenário contemporâneo, em seu aspecto mais inerente à atividade: o objetivo do projeto. Igualmente nos convida a desenvolver uma consciência prática, um vínculo didático e uma espiritualidade, que fundem obra e criador, como nos primeiros experimentos construtivos da humanidade.

Em sequência, os artigos que completam a edição 22 dos Cadernos Proarq são compostos por pesquisas que exploram o conceito de patrimônio em diversas esferas: o moderno, o urbano, o privado, o imaterial. Corroborando com esta abordagem alguns temas sustentam o conceito de patrimônio – presente em todo ‘bem’ catalogável – através da análise da iluminação natural, artificial, de critérios de acessibilidade e da história peculiar que ronda toda a construção de um lugar.

Na linha de pensamento que nos convoca a uma postura crítica e didática, frente às demandas da profissão, o artigo de Inês El-Jaick e Lis Pamplona coloca a questão do tombamento da Arquitetura Eclética Carioca (após a década de 1980) num outro patamar de investigação. Ao elencar categorias como ‘significado, sentido e valor cultural’ ao processo de avaliação e reconhecimento de tal período arquitetônico, no Rio de Janeiro, as autoras comprovam que toda sistemática de avaliação deve passar por uma contextualização histórica e social dos edifícios em seu cenário histórico, além de trazer à tona a valorização da Arquitetura Eclética como reflexo de uma nova postura crítica, à época.

Ainda discorrendo sobre patrimônio e, neste caso, relacionando-o à tecnologia em arquitetura, Marina Oba e Aloisio Schmid analisam a situação atual de edifícios cujo legado da Arquitetura Modernista brasileira se apresenta sob a face do envelhecimento e da falta de adaptação às novas demandas da sociedade. Como estudo de caso, analisam o Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná revelando os pontos em que tal constatação se insere e também os

pontos em que a expertise do arquiteto se revelou em detalhes exemplares, que acabaram por favorecer a melhoria do conforto térmico/lumínico e a qualidade atemporal do projeto.

Carla Coelho - em seu artigo sobre as mudanças climáticas previstas para o séc. XXI na Cidade do Rio de Janeiro - coloca em questão o papel do patrimônio cultural local, fortalecendo um discurso que se pauta no reconhecimento dos eventos naturais corriqueiros, nas últimas décadas (aumento do nível do mar, incidência maior de tempestades e rajadas de vento). A autora aponta a necessidade de reflexão e ação sistemática, para que a conservação e o uso consciente sejam um caminho para o melhor aproveitamento da cidade, por muitas outras gerações.

Sobre a influência do patrimônio local, especificamente as áreas de convívio mais comuns em centros de urbanos - as praças públicas, Inês Quintanilha, Adriana Portella e Celina Correa discorrem sobre diretrizes de projetos de iluminação artificial, em que a preocupação central não se dá somente nos níveis de iluminância, mas com a harmonização e o projeto dos equipamentos urbanos, dos trajetos, do entorno e do comportamento do usuário. A pesquisa se desenvolve na Praça Coronel Pedro Osório em Pelotas/RS, mas tem respaldo em exemplos espalhados pelo mundo - que solidificam a postura crítica do artigo.

Em outra vertente, a da iluminação natural no ambiente interno, Andrea Laranja, Nayara de Paula Campos e Cristina de Alvarez apresentam um artigo investigativo da influência da orientação das aberturas em fachadas de edifícios, através do critério de profundidade dos ambientes. Por meio de pesquisa bibliográfica e mapeamento de regulamentações edilícias, em capitais brasileiras, as autoras montam um quadro comparativo que indica problemas/soluções na adaptação de ambientes internos quanto à iluminação natural, visando a demonstrar de que forma trabalhar para o maior conforto lumínico em ambientes fechados.

Sheila Schneck, com seu trabalho voltado para a catalogação de vestígios materiais e fontes documentais sobre o Bairro do Bexiga, São Paulo (entre os séculos XIX e XX), sai do tom da pesquisa quantitativa e entra no campo da pesquisa qualitativa, ampliando a história oficial perpassada por gerações e contribuindo para a compreensão dos processos histórico-urbanos, que fundamentam diversas cidades brasileiras.

No mesmo seguimento, Pedro Filardo visualiza as pichações expostas em pontes, muros e espaços remanescentes de metrópoles brasileiras como objetos de interpretação e compreensão das dinâmicas de crescimento das cidades. Utilizando algumas cidades de São Paulo, como palco para análises, Filardo demonstra que as atuações interurbanas e intraurbanas das pichações indicam os graus de proximidade e distanciamento sociocultural dos extratos que regem os limites urbanos.

Finalizando o conjunto de artigos selecionados para esta edição, Celina Barroso e Maria Cristina Lay apresentam estudo sobre espaços livres urbanos com uma pesquisa voltada para a temática da acessibilidade. Ao questionar a ausência de critérios menos hegemônicos nas normas de acessibilidade atuais, que levem em consideração as diferentes características de grupos de usuários, com diferentes graus de mobilidade e o papel das características físicas dos edifícios, as autoras investigam a obtenção de orientação espacial, a partir da avaliação pós-ocupação de determinados espaços livres em Pelotas/RS, adaptados segundo as normas correntes em acessibilidade.

Ao concluir este editorial, felizes por mais uma etapa vencida, agradecemos à Coordenação do Proarq que tanto apoia e incentiva a produção deste periódico, e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Rio de Janeiro – Faperj, que nos últimos três anos tem validado e solidificado a proposta de nossa revista científica. A todos, boa leitura!

Equipe Editorial

Andrea Queiroz Rego e Ethel Pinheiro e Virgínia Vasconcellos

Editorial

We are proud to launch the 22nd edition of CADERNOS PROARQ with a 'continuous flow' system which allows much more flexibility and self-management in the assessment of the many and varied papers aimed at publication in our magazine.

The anchor text of this edition, written by Professor Julio Bermudez, is dense, delicate and inspiring. By bringing up the issue of architectural production and the idea of heritage as something tangible, Bermudez highlights the ways that we can follow to achieve four pillars historically desired in the development of architecture: simplicity, science, spirituality and situation. Eloquently Bermudez puts us abreast of the difficulties and shortcomings of the architecture profession in the contemporary scene, in its most inherent aspect: the goal of the project. The text also invites us to develop a practical awareness and a didactic connection with spirituality, leading to melt the idea of work and creation as the first building experiments tried to evoke in mankind.

In this sequence, the papers that fulfill the 22nd edition of CADERNOS PROARQ are composed of research that explores the concept of 'heritage' in various spheres: the modern, urban, private, and immaterial. Ratifying this approach we find some topics that support the concept of 'heritage' - present in every 'good' - through the analysis of natural and artificial lighting, accessibility criteria and the peculiar history that surrounds the entire construction of a place.

In the line of thought that calls us to a critical and didactic posture, the article by Ines El-Jaick and Lis Pamplona raises the question of the Carioca Eclectic Architecture (after the 1980s) to another research level. By listing categories such as 'significance, meaning and cultural value' to the evaluation process and recognition the importance of this architectural period, in Rio de Janeiro, the authors show that any evaluation system must go through a historical and social context of the buildings in its historical setting, and bring out the value of Eclectic architecture as a reflection of a new critical stance at the time.

Still debating on 'heritage' and, in this case, relating it to architectural technology, Marina Oba and Aloisio Schmid analyze the current situation of buildings whose legacy of the Brazilian Modernist Architecture is presented in the process of aging and lack of adaptation to the new demands of society. As a case study, they analyze the Polytechnic Center of the Federal University of Paraná, revealing the points at which such a finding is part and also the points where the architect's expertise facilitated the improvement of thermal/luminous comfort and the timeless quality of the project.

Speaking of climate changes for the XXI century in Rio de Janeiro, Carla Coelho calls into question the role of local cultural heritage, strengthening a discourse that is guided to recognition of ordinary natural events (the rising sea level, increasing incidence of storms and wind gusts). The author points out that the need for reflection and systematic action for the conservation are a way for the best use of the city, for many other generations.

On the influence of the local heritage, specifically the most common living areas in urban centers - public squares - Inês Quintanilha, Adriana Portella and Celina Correa discourse on draft guidelines for artificial lighting, in which the central concern not only gives us illuminance levels, but the concept of harmonization and design of urban infrastructure: the paths, the environment and user behavior. The research developed in the Plaza Coronel Pedro Osório in Pelotas/RS, has the support of examples around the world - that solidify the critical level of the article.

In another aspect (choosing to point out the natural lighting in indoor environments), Andrea Laranja, Nayara Paula Campos and Cristina Alvarez present an investigative article on the influence of the orientation of the openings on the facades of buildings, through the criterion of 'environmental depth'. Through literature search and mapping building regulations in Brazilian capitals, the authors developed a comparative table showing problems/solutions in adapting indoors with natural lighting in order to demonstrate how to better work for the luminous comfort.

Sheila Schneck blows out the quantitative research with her work focused on cataloging material evidence and documentary sources in the neighborhood of Bexiga, São Paulo (between the XIX and XX centuries). The tone of her paper is dedicated to the field of qualitative research, expanding the official story pervaded by generations and contributing to the understanding of historical and urban processes that underlie several Brazilian cities.

In the same segment, Peter Filardo looks at the exposed graffiti on bridges, walls and remaining spaces of Brazilian cities as objects of interpretation and understanding of the dynamics of developing cities. Using some cities of São Paulo as a stage for analysis, Filardo shows that long distance and intra-urban performances of graffiti indicate the degrees of proximity and socio-cultural distance of city limits.

Finishing the selected set of articles for this edition, Celina Barroso and Maria Cristina Lay present a study on urban open spaces with a focused search for the topic of accessibility. By questioning the absence of less hegemonic criteria in the current accessibility standards that take into account the different characteristics of user groups with different degrees of mobility (and the role of the physical characteristics of the buildings) the authors investigate how to obtain a good spatial orientation, using the post-occupancy evaluation of certain free spaces in Pelotas/RS adapted according to current standards for accessibility.

Upon completion of this editorial text, happy for another successful step, we thank the PROARQ Coordination that both supports and encourages the production of this Journal, and Carlos Chagas Filho Foundation for Research Support in Rio de Janeiro - Faperj, which in the last three years has validated and solidified the proposal of our project. May you have a wonderful reading!

Equipe Editorial

Andrea Queiroz Rego e Ethel Pinheiro e Virgínia Vasconcellos

Sumário *Contents*

1

**Simplicidade, Ciência, Espiritualidade, Situação:
Quatro maneiras de a Arquitetura enxergar o futuro**

*Simplicity, Science, Spirituality, Situation: Four ways-
for Architecture to address the future*

Julio Bermudez

28

**A atuação da Divisão do Patrimônio Histórico
e Artístico do antigo Estado da Guanabara na
preservação do patrimônio eclético carioca**

*The Division of Historic and Artistic Heritage of the
former Guanabara State in the carioca's eclectic heri-
tage preservation*

Inês El-Jaick Andrade e Lis Pamplona

45

**Harmonizando patrimônio moderno e eficiência:
Estudo de caso sobre a influência de medidas
de readequação no desempenho térmico e de
iluminação natural no Centro Politécnico da UFPR**

*Harmonizing modern heritage and efficiency: Case stu-
dy about the influence of measures of rehabilitation on
thermal and daylighting performance at the Polytech-
nic Center of the Federal University of Paraná*

Marina Millani Oba e Aloisio Leoni Schmid

73

**Mudanças climáticas e patrimônio cultural:
elementos para a construção de cenários para a
cidade do Rio de Janeiro**

*Climate change and cultural heritage: elements for
building scenarios for the city of Rio de Janeiro*

Carla Maria Teixeira Coelho

91

**A Influência da Iluminação Artificial no Uso
e Apropriação do Espaço na Praça Pública**

*The Influence of Artificial Lighting in Use and Appro-
priation of Place in the Public Square*

Inês Quintanilha, Adriana Portella
e Celina Maria Correa

112

**Indicação de profundidade de ambientes sob o
aspecto da iluminação natural**

*Indication of depth of environments under the aspect
of daylight*

Andrea Coelho Laranja, Nayara de Paula Campos e
Cristina Engel de Alvarez

Sumário *Contents*

133

A construção de um bairro: tipologias e programas edilícios no bairro do Bexiga (1881-1914)

The construction of a neighborhood: typologys and building programs in Bexiga (1881-1914)

Sheila Schneck

157

Pichação (tags) como indicador de dinâmicas urbanas

Graffiti (tags) as an indicator of urban dynamics

Pedro Filardo

175

**Uso universal e orientação espacial em áreas urbanas
Adaptações físicas e comportamentais**

*Universal use and spatial orientation in urban areas
Physical and behavioral adaptations*

Celina de Pinho Barroso e Maria Cristina Dias Lay

INÊS EL-JAICK ANDRADE E LIS PAMPLONA

A atuação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do antigo Estado da Guanabara na preservação do patrimônio eclético carioca

The Division of Historic and Artistic Heritage of the former Guanabara State in the carioca's eclectic heritage preservation

Inês El-Jaick Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), Mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2009). Atualmente, Arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), desenvolvendo pesquisas e estudos no Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde (neuas/dph).

E-mail: ijaick@coc.fiocruz.br

Lis Pamplona Graduanda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: lispamplona@gmail.com

RESUMO

O artigo investiga o processo de atribuição de significância cultural ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980, que culminou no reconhecimento da Arquitetura Eclética Carioca enquanto patrimônio cultural protegido por instrumento de tombamento. A Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do antigo Estado da Guanabara atuou de maneira pioneira no período, salvaguardando exemplares de Arquitetura Eclética de demolições. Ela se tornou a expressão de uma nova ideologia da preservação durante este período. Essa foi uma postura contrária ao, então, discurso político e acadêmico dominante, o qual, ao negar atributos ao ecletismo, respaldava as ações da especulação imobiliária e renovação urbana. As instituições de patrimônio cultural são envoltas por uma aura de objetividade, salientando suas práticas em pareceres supostamente neutros de especialistas. No entanto, suas ações e escolhas nunca são completamente imparciais, pois são produto de seu contexto histórico e social. Para compreender os processos envolvidos na seleção de monumentos é necessário entender as funções político-sociais e ideológicas do patrimônio cultural. São analisados processos de tombamentos ecléticos e contextualizados, historicamente, os embates sofridos pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico na luta pela preservação, até a sua extinção. Obras especializadas que contribuíram para uma nova dimensão de compreensão – tanto urbana quanto didática – da Arquitetura Eclética nacional são identificadas. O reconhecimento da Arquitetura Eclética se mostra de interesse para a historiografia da arquitetura e da preservação porque indica uma nova postura crítica desenvolvida por arquitetos e historiadores da arte em consonância com os princípios gerais da Carta de Veneza, de 1964.

Palavras-chave: Arquitetura Eclética; patrimônio; preservação.

ABSTRACT

The article investigates the process of cultural significance assignment attribution that took place between the decades of 1960 and 1980 and resulted in the recognition of the carioca eclectic architecture as cultural heritage protected by legislation. During that period the Division of Historical and Artistic Heritage of the former state of Guanabara pioneered the action of preserving examples of eclectic architecture from destruction. It became an expression of preservation new ideological beliefs at the time. This was an attitude contrary to the dominant political and academic discourse which denied the value of eclecticism and endorsed the urban speculation and urban renew. Heritage institutions are able to create a sense of objectivity by stressing the neutrality of the expert judgments on which heritage practices are supposedly based. However they are never completely unbiased because they are the result of its historic and social context. In order to understand the processes involved in the selection of monuments it is therefore crucial to understand the sociopolitical and ideological functions of heritage. Eclectic heritage registries are analyzed and the struggles suffered by the Division of Historical and Artistic Heritage until its extinction are put into historical context. Specialized works that contributed to a new comprehension (both urban and didactic) of the national eclectic architecture dimension are identified. The recognition of the eclectic architecture is important for the architecture and preservation historiography because it indicates a new critical position developed by architects and art historians consonant with the main principles of the Venice Letter of 1964.

Keywords: eclectic architecture; heritage; preservation.

Visão hegemônica da história e da herança cultural

A preservação do patrimônio cumpre, eminentemente, a finalidade de servir a fins político-sociais contemporâneos. Como argumenta Argan (1998, p.86) sobre os motivos que levam à proteção de um determinado bem cultural se “toleramos ou desejamos a sua presença, é porque ainda tem um significado”. Por isso, as narrativas da história e da arte sempre foram usadas como uma ferramenta social e política repleta, portanto, de significados. Isso faz com que, os bens eleitos enquanto herança cultural, atuem como um importante instrumento de poder nos processos de construção de identidades. Logo, a compreensão das condicionantes envolvidas na seleção de bens culturais é crucial para entender as funções político-sociais e ideológicas do patrimônio.

Até a década de 1960, imperou no Brasil uma visão de que somente bens representativos da historiografia oficial estariam aptos a serem objeto de preservação pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Essa visão foi forjada dentro do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, antigo SPHAN e atual IPHAN) e perdeu até sua renovação, no final da década de 1970 (Motta, 2002). Mesmo com a criação de departamentos de proteção estaduais no Rio Grande do Sul (Decreto 17.018/64) e no Paraná (Lei. 112/48) os bens selecionados para o tombamento seguiam, à risca, o repertório convencional federal. Destaca-se, inclusive, que tais departamentos não formularam, a princípio, uma legislação específica e, portanto, seguiam a legislação federal. Por não contar, muitas vezes, com profissionais diversificados para uma abordagem múltipla do patrimônio, esses departamentos avançaram pouco na formulação de métodos de identificação, valoração e seleção dos imóveis e sítios urbanos (MOTTA, 2002). Assim, exemplares coloniais, neoclássicos e modernistas configuravam-se como monumentos de valor excepcional para a história regional e paisagens ou formações naturais características do Estado de particular beleza.

Contribuíram para essa visão hegemônica personagens consagrados como Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) e Lucio Costa (1902-1998), que participaram da fundação e implementação da instituição e foram atuantes até a década de 1970. Diante da tarefa difícil de garantir a introdução de uma legislação que assegurava o direito da coletividade sobre o direito privado, o instrumento do tombamento sempre foi alvo de muita polêmica e confronto (FONSECA, 2005). O reconhecimento pelo árduo trabalho de consolidação do patrimônio formou uma geração de especialistas influenciada e orientada por esses brilhantes intelectuais.

Ressalta-se a participação e influência, no cenário cultural e político brasileiro, desde 1922, do grupo, de intelectuais e artistas modernistas, liderado por Mário de Andrade. Este grupo estava vinculado à vanguarda europeia que defendia a ruptura com o passado acadêmico. Dentro do patrimônio cultural esse movimento ganha contornos na construção da imagem arquitetônica genuína brasileira e um status de discurso. Essa memória nacional, construída e legitimada é, no entanto, excludente, pois valoriza o passado colonial – indígena, africano e caboclo – em detrimento do imperial e, principalmente, da república velha.

A produção arquitetônica compreendida como eclética – de meados do século XIX até 1930 – era interpretada como uma falsidade dos estilos estrangeiros ou um “hiato no processo histórico da arquitetura brasileira” (COSTA, 1962). Além da Arquitetura Eclética propriamente dita, estavam incluídos no repertório maldito historicista os pseudo-estilos, isso é: o romantismo, o *art-nouveau* e o neocolonial. Por trás da explicação da sua inadequação aos novos tempos da arquitetura e da justificativa - portanto, de serem destituídos de maior significação - estava sendo afirmado o discurso da su-

perioridade da arquitetura moderna, cujo pensamento é evidenciado na produção de Lucio Costa e Yves Bruand.

Cabe destacar que a produção *art-nouveau* do italiano Antonio Virzi foi objeto de reconhecimento de valor estético, em 1951, por Lucio Costa. Esse reconhecimento, como analisa Motta (2002), pode ter sido influenciado pela proteção da arquitetura *art-nouveau* que estava, na época, sendo objeto de defesa por Bruand, em Paris. No entanto, no Brasil, as medidas efetivas de proteção só ocorreram no final da década de 1970 e, no processo, muitos exemplares foram destruídos ou mutilados.

Também datam da década de 1970, o tombamento federal de exemplares ecléticos isolados, situados na Avenida Rio Branco (Proc. 860-T-72), na Cidade do Rio de Janeiro. Esse processo, originado por uma solicitação externa ao IPHAN, foi aberto, em 1972 e concluído, somente, em 1976. Foi a partir desse tombamento, que o reconhecimento do valor artístico da Arquitetura Eclética começa a ser debatido pelo corpo técnico do IPHAN.

Já no início da década de 1970, é observado um movimento de descentralização da política cultural do Estado e, logo, da política preservacionista do IPHAN. Foram fatores que contribuíram para esse movimento a redefinição e reprodução do sistema socioeconômico, em nível internacional (MILET, 1988) e a influência das diretrizes da UNESCO, na reformulação do IPHAN. Assumia-se um novo modelo, o qual tem seu enfoque voltado para a economia de mercado e no qual o bem cultural passe a ser um passivo a ser potencializado pela atividade turística. Se por um lado o papel adotado pelo IPHAN tornava-se o de um negociador (FONSECA, 2005), por outro, a destruição a pretexto da modernização continua por força de pressões políticas e de interesses financeiros. Dentro desse contexto, não pode ser esquecido que esse momento foi, também, marcado pela aposentadoria de Rodrigo de Melo Franco de Andrade (em 1969) e pela opressão e perda das liberdades, durante os anos de chumbo do regime militar (Ato Institucional nº5 de 1968).

Apesar de uma valorização patrimonial (*mise-en-valeur*) assumida pelo Estado estar calcada na sua equivocada associação ao valor econômico, avanços foram sentidos, com a política de descentralização da cultura. Foram organizados encontros de governadores e criados, programas regionais de reconstrução de cidades históricas. Assim, foi incentivada a criação de serviços de patrimônio estaduais, por ser compreendido que os estados poderiam se beneficiar da preservação, especialmente pelo retorno turístico. Foi a partir do II Encontro de Governadores - ou Compromisso de Salvador (1971) - que se ratificaram os termos do primeiro encontro promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, no ano anterior em Brasília - ou Compromisso de Brasília (1970) - e que começa a ser difundida a adoção do conceito de ambiência do bem patrimonial em oposição ao termo visibilidade. O documento de 1971, também foi fundamental ao estabelecer a necessidade de criação, no âmbito administrativo, de estados e municípios brasileiros de "legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências" (Compromisso de Salvador, 1971. apud. Cury, 2000, p.144), bem como a orientação de órgãos federais, estaduais e municipais de proteção do patrimônio cultural e natural na elaboração de planos diretores e urbanos.

Esse incentivo à descentralização torna ainda mais significativa e importante a criação, no âmbito administrativo do Estado da Guanabara, de um órgão de preservação anterior à década de 1970 e com uma legislação própria. Acrescentando-se a isso o fato do primeiro tombamento da divisão ter sido um conjunto arquitetônico-paisagís-

tico eclético - o Parque Henrique Lage -, o caráter inovador da divisão é evidenciado. Segundo Gustavo Rocha Peixoto (1990, p.8) “sua preservação seria quase impossível de acordo com os rigorosos critérios de seleção de bens para tombamento que vigoravam naquele momento”.

Organização da proteção do patrimônio no Estado da Guanabara

Seu contexto de criação

A Cidade-Estado da Guanabara foi criada em 1960, em virtude da transferência da Capital Federal para Brasília. O território da Guanabara abrangia os limites da atual Cidade do Rio de Janeiro. A Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA-GB) foi criada em 31 de dezembro de 1964 (Anexo do Decreto “N” nº346/64), sendo idealizada na gestão do Governo Carlos Lacerda, como mais uma ação integrante aos projetos comemorativos do IV Centenário de fundação da Cidade, festejado, em 1965. A DPHA-GB englobava os Serviços de Arquivo, Museus e Tombamento. Como suportes à divisão foram criados os Serviços de Pesquisa, Conservação, Cursos e Planejamentos.

O primeiro núcleo da divisão pode ser interpretado como o Arquivo Histórico (IPANEMA, 1968), cujas origens remontam à própria fundação da cidade. A este, somou-se o Museu Histórico da Cidade. Esses dois órgãos compuseram o antigo Departamento de História e Documentação da Secretaria de Educação e Cultura. A divisão sofreu algumas reestruturações que, segundo Marcello de Ipanema (1968), mantiveram a ideia fundamental, porém, com graves e incompreensíveis confusões, omissões e erros. Os problemas principais foram motivados pela falta de pessoal, estrutura, sede e recursos.

Figura 1

Dependências da
DPHA-GB (1964-1974)

Fonte: AGCRJ.



A Sede da DPHA-GB ficava no prédio da atual Imprensa da Cidade, na Avenida Pedro II nº400, no Bairro de São Cristóvão [01]. Foram diretores da DPHA-GB Marcello de Ipanema (1965-1967) e Trajano Quinhões (1967-1975). Entre os integrantes de sua equipe destacam-se Cybelle Moreira de Ipanema, Chefe da Seção de Pesquisa, Divulgação e Exposições, e Olínio Coelho, Chefe do Serviço de Tombamento e Proteção. A equipe do DPHA-GB era composta por outros técnicos de especialidades diversas. A DPHA-GB tentou, sempre, ampliar seu quadro de funcionários, almejando o máximo de especialistas possíveis sobre cada assunto. No entanto, são muitas as queixas encontradas sobre a pequena quantidade de pessoas na equipe, falta de recursos e carência de infraestrutura para a realização do trabalho.

Mesmo com todos os problemas citados, a consolidação da divisão, em 1964, proporcionou o surgimento das primeiras documentações a respeito da preservação e estudo da cultura carioca. Eram montados inventários dos bens compostos por recortes de jornais, fichas de vistoria, fotos e estudos. Ressalta-se, na preocupação com a organização dos bens estudados, sua adequação com fundamentos presentes na Carta de Veneza de 1964. É possível associar o reconhecimento da Arquitetura Eclética de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos urbanos com a atuação da DPHA-GB. Este continha muitos exemplares do Ecletismo, como indica, em entrevista, o antigo Chefe do Serviço de Tombamento e Proteção, Olínio Coelho (2013):

Ao assumir a chefia do Serviço de Tombamento e Proteção da DPHA-GB, iniciei com os colegas, Florentino Machado Guimarães, Hortencia Baamonde, José Luiz Werneck da Silva, Luiz Carlos Palmeira, Maria Augusta Machado da Silva e Maria Jacintha, sob a orientação e o entusiasmo de Marcelo de Ipanema, a elaboração de um inventário de bens móveis, imóveis e naturais, de significado cultural, para a proposição de seus tombamentos. Entre os bens relacionados encontravam-se muitos exemplares do ciclo eclético da produção carioca, tanto exemplares do ciclo neocolonial, como o Solar de Monjope, como ainda exemplares classicizantes de autoria de Heitor de Mello e obras de gosto art-nouveau de Antonio Virzi - como a Fábrica do Elixir de Nogueira e o Solar Martinelli.

Foram elaborados incontáveis planos e diretrizes, que começaram a traçar mapas e roteiros para estudos, visitação e vistorias de todos os pontos culturais, históricos, urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos do Estado da Guanabara. O Levantamento Geral Histórico, Artístico e Arqueológico do Estado da Guanabara foi a meta de todos os estudos e acompanhou a criação de Mapa Histórico, Artístico e Arqueológico configurando todos os sítios importantes, demarcando-os através de levantamentos bibliográficos, iconográficos e fotográficos. De certa maneira, a DPHA-GB pretendeu desempenhar um papel de agenciador e organizador da cultura e cidadania do Estado da Guanabara. Assim, a antiga capital política do Brasil se projetava também como importante capital cultural de todo o país, isto é: “uma estrela solitária e fugaz, porém de brilho inextinguível da Federação” (IPANEMA, 1984, apud. COELHO, 1992, p. 8).

A análise dos bens para tombamento pela divisão era exercida com extremo zelo, sempre precedida por debates, críticas, pesquisas, estudos, análises de pesquisadores, arqueólogos, artistas plásticos, museólogos, teatrólogos, historiadores, antropólogos, folcloristas, juristas, entre outros. Um fator importante foi que também muitos membros da comunidade local, como jornalistas, participavam dessas reuniões e colaboravam na luta, divulgação e denúncia de prédios a serem demolidos ou em má conservação (IPANEMA, 1984, apud. COELHO, 1992).

Apesar de não ter sido o primeiro departamento voltado à preservação do patrimônio estadual brasileiro, a divisão contribuiu para uma diferente percepção de valores da arquitetura e conjuntos urbanos de corrente eclética. Nos processos de tombamento realizados no período de 1964-1974 é possível identificar os primeiros argumentos para a valorização do ecletismo. Nos pareceres técnicos desses tombamentos são enaltecidas as características urbanas e as contribuições para a sociedade civil, dos relativos bens. Assim, no estudo pela defesa da arquitetura, o ecletismo se entrelaçará com a defesa do espaço público, a luta contra as grandes empreiteiras, o posicionamento contra as políticas autoritárias de governo e uma revisão crítica dos períodos históricos do Brasil.

Em 1975, a partir da fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, a DPHA, com seu corpo técnico, passou para a esfera municipal. A tarefa de proteger os bens patrimoniais tombados pela divisão foi sucedida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), criado também em 1975. Já a divisão permaneceu com seu trabalho pela preservação de outros bens culturais até 1979, quando foi extinta, por decreto executivo do Prefeito Marcus Tamoyo. A Cidade permaneceu sem órgão de tutela até 1980, quando foi criado, no âmbito administrativo municipal, o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC), seguindo a Lei Municipal nº166, de 27 de maio de 1980. Somente em 1986, foi criado um novo órgão de patrimônio cultural, o Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC), atual Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

Legislação cultural do Estado da Guanabara: avanços em relação ao Decreto n.25/1937

Essa preocupação [da criação de uma lei especial] não se restringe aos sítios naturais incorporados à tradição; não se limita aos monumentos de interesse histórico; vai além: já está cuidando de preservar os monumentos naturais da Barra da Tijuca, onde se projeta o novo Rio. O que define e definirá aquela paisagem urbana começa a ser objeto da vigilância do Estado, com o objetivo de não quebrar o equilíbrio entre a natureza e a urbanização em marcha (BARATA, 1971, apud. IPHAN, 1973, p.78, grifo nosso).

O Estado da Guanabara, apesar de não ter sido o primeiro estado da federação a criar uma divisão especializada na proteção dos bens patrimoniais, foi pioneiro na elaboração e regulamentação de uma lei especial para bens culturais: o Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969. A legislação cultural estadual seguiu as premissas do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, no que tange à organização de livros de tombamento similares ao IPHAN. No entanto, avançou na construção de um conceito fundamental - a ambiência do bem cultural.

O conceito de ambiência contido no artigo 7º da Lei Estadual é delineado a partir de um novo contexto multidisciplinar da apreensão da cidade. Nesse, em comparação aos termos vizinhança e visibilidade, presentes da legislação federal (Artigo 17º), o valor cultural de uma edificação não se restringe mais aos seus atributos simplesmente arquitetônicos, históricos ou estéticos isoladamente, mas ao tipo de relacionamento, no sentido histórico e cultural, que tem a paisagem urbana em seu conjunto.

Artigo 7º - Sem a prévia audiência da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico não se expedirá nem se renovará licença para obra, para afixação de anúncios, cartazes, ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial, em imóvel tombado. Parágrafo único - Imóveis na proximidade dos bens tombados estão sujeitos à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que possam repercutir de alguma forma (...) na ambiência ou na visibilidade do bem tombado, assim como sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente (DECRETO-LEI nº 2, de 11 de abril de 1969, grifo nosso).

Um outro aspecto que registra o contexto da criação da legislação estadual trata da revogação do tombamento (artigo 8º). A Legislação Federal de 1937 só considerava a revogação em caso de erro processual (art.19), mas o Decreto-Lei nº 3.866, de 1941, vai estabelecer, em seu único parágrafo, o destombamento em razão de interesse público. Já na Legislação Estadual consideram-se três motivações: quando se provar que resultou de erro de fato quanto a sua causa determinante; por exigência indeclinável do desenvolvimento urbanístico da cidade; ou por outro motivo de relevante interesse público. As motivações de destombamento, em especial no que tange ao desenvolvimento urbanístico, demonstram a peculiaridade da época do “milagre econômico”. Isso é, a coexistência de uma organização de manifestações marcantes na área cultural oficial e a repressão à mobilização popular. Assim, se por um lado a cultura era favorecida, com a inserção de intelectuais como Marcello de Ipanema à frente de órgãos culturais, por outro, a ideologia desenvolvimentista era aplicada do território urbano pelo Governo do Regime Militar.

Também chama a atenção o papel conferido ao Conselho Estadual de Tombamento (artigo 9º), que desempenharia atribuições consultivas à DPHA-GB, emitindo parecer prévio sobre os atos do tombamento e de destombamento. A legislação estabelece que o colegiado seria presidido pelo diretor da DPHA-GB e integrado por mais 8 (oito) membros, dos quais três seriam nomeados pelo governador. No entanto, as reuniões desse colegiado foram muito esporádicas. A responsabilidade pela aprovação dos processos e seu encaminhamento à Secretaria de Cultura ficou restrita ao diretor da DPHA-GB. A partir da fusão em 1974, o Decreto-Lei 2/1969 permaneceu em vigor no novo Estado do Rio de Janeiro. Somente na década de 1980, outras regulamentações foram acrescentadas a essa pelo novo governo estadual.

Cidade como documento histórico: a riqueza da história urbana

No final da década de 60, o teórico italiano Giulio Argan (1992) contribui para fortalecer e aprimorar o campo da história da arte e distanciá-la das teorias estéticas em voga, até então. Considerava que somente a Disciplina da História da Arte poderia enquadrar os fenômenos artísticos no contexto da civilização. Conduz estudos valiosos que defendem o reconhecimento da substância histórica nas cidades, isto é, a necessidade de historiar a cidade. Seus estudos influenciaram especialistas do campo da preservação arquitetônica no mundo ocidental, inclusive no Brasil.

Ainda durante as décadas de 1960 e 1970, seguem estudos de uma corrente culturalista que interpreta o espaço urbano como meio de relações humanas: a psicologia

urbana¹. Nela são abordados os aspectos psicológicos das relações entre os indivíduos e o espaço urbano. O meio ambiente é definido como meio ambiente psíquico, ou seja, como meio ambiente percebido e decodificado pelos indivíduos.

O reconhecimento do patrimônio ambiental urbano foi construído tanto pela psicologia urbana quanto pelos novos horizontes da Disciplina da História da Arte. Essas acabaram por influenciar as primeiras legislações de proteção de conjuntos urbanos de interesse histórico na Europa e Estados Unidos. Destaca-se, na Legislação Francesa, a Lei Malraux (4 de agosto de 1962). Esta possibilitava a criação e a delimitação de setores protegidos nas cidades ou bairros, quando estes apresentassem um caráter histórico, estético ou natural que justificasse a sua conservação, a restauração e a valorização do todo ou de uma parte do conjunto de imóveis. Esta lei permitia delimitar perímetros urbanos dentro dos quais as edificações seriam restauradas e não destruídas. A exemplo desta iniciativa, outros países passaram a incluir em suas políticas de preservação a conservação de áreas de interesse histórico (*historic districts*), cujo caráter desejava-se preservar e promover.

A temática da preservação de monumentos e sítios históricos segue em discussão através do documento produzido pelo II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos: a Carta de Veneza (1964). Esse documento consolidou muitas das experiências que estavam ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, tal como a salvaguarda de setores protegidos. Em seu 1º artigo, é defendido que a noção de monumento histórico compreende o sítio urbano que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Também é reivindicada a importância da preservação de obras modestas, que com o tempo tenham adquirido uma significação cultural. Outra contribuição presente no documento (6º artigo) é a condicionante de conservar-se a ambiência dos monumentos.

No Brasil, ainda na década de 1960, é possível perceber ecos dessa valorização da história urbana em consonância à moderna teoria de preservação instituída pela Carta de Veneza (1964). Defendia-se, portanto, tombamento de conjuntos de edifícios pelo fato de se constituírem testemunho vivo da remodelação da cidade. Assim, o ecletismo passa a ser compreendido como mais um dos fenômenos artísticos no contexto da civilização urbana. Bens arquitetônicos que não se enquadravam aos fatos memoráveis de excepcional valor podem, a partir de então, ser reavaliados. No entanto, o modelo de política urbana escolhido pelos governantes e a elite empresarial brasileira espelhava-se no modelo fordista de crescimento. A expansão resultou em iniciativas de especulação do solo urbano e desprezo por conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de um passado não protegido.

À luz da nova historiografia da Arquitetura, o Ecletismo será objeto de estudos e pesquisas pioneiros durante as décadas de 1970 e 1980, por arquitetos e historiadores da arte - tais como Mário Barata, Paulo Santos e Giovanna Del Brenna. Esses iniciam o reconhecimento do Ecletismo sob um prisma da importância didática para a História da Arte. Apesar de partirem de perspectivas distintas, acabam por reforçar pontos

¹ Sobre essa temática, autores de vanguarda na psicologia urbana, Kevin Lynch (*The Image of the City*, 1959), Gordon Cullen (*Townscape*, 1964), Christian Norberg-Schulz (*Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, 1965), Jane Jacobs (*The Death and Life of Great American Cities*, 1961), se detêm, nas décadas de 1960 e 1970. Seus manuscritos tornam-se manifestos sobre a omissão da qualidade formal, da qualidade simbólica e da qualidade de vida no universo artificial e amorfo das cidades modernistas.

comuns associados ao Eclétismo: a importância da industrialização e o desenvolvimento da cultura urbana. Seus trabalhos contribuíram para reivindicar, a partir da metade da década de 1980, o espaço da Arquitetura Eclética na historiografia da Arquitetura Carioca.

Destaca-se nesse contexto, a contribuição para o debate da produção intelectual e técnica do conselheiro do IPHAN, o Arquiteto e Historiador de Arte, Paulo Santos. Em 1977, ele publica o livro “Quatro séculos de arquitetura”, no qual tece, com extrema sensibilidade, a história da Arquitetura brasileira, ao longo de 400 anos, não omitindo a Arquitetura Eclética. Os seus pareceres emitidos para processos de tombamento são também sensíveis à preservação da Arquitetura Eclética e aos conjuntos urbanos. O seu confronto ideológico com as posições assumidas por Lucio Costa, Diretor do IPHAN, é ilustrado no caso do processo de tombamento federal do conjunto eclético da Avenida Rio Branco, negado pelo IPHAN.

Apesar dos autores citados apresentarem uma proposta de revisão da Arquitetura Eclética valiosa, por vezes ainda mantém em suas análises críticas ao Eclétismo, de forma velada. Giovanna Del Brenna (1981), em um texto se refere aos edifícios da Cinelândia pejorativamente, enquanto um espetáculo do gênero de *disneyland*. No entanto, nesse mesmo texto, ela defende o Eclétismo por sua face popular:

Mas existe outra Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro: a dos bairros, das artérias menores, onde os construtores locais continuamente traduziam em escala menor, com adotadas na arquitetura maior pelos arquitetos eruditos da Avenida Central e das grandes mansões. Onde os signos da riqueza, da moderna e do progresso - a cúpula de metal, o lanternim de zinco, o teto com mansarda, a varanda com colunetas de ferros, os relevos em estuque dos frontões, as iniciais e os monogramas nas cimalthas - se miniaturizam até tornar-se uma espécie de arquitetura popularesca, colorida e gostosa, em irônico equilíbrio entre a tradicional maneira de morar e as novas modas. É principalmente a descoberta dessa arquitetura, que ainda sobrevive em todos os bairros do Rio, e que diminui a cada dia, que esse guia quer convidar (DEL BRENNNA, 1981, p.14).

Tombamentos: em defesa da história da arquitetura e da cidade

O primeiro estado brasileiro a registrar um Conselho responsável pela proteção do seu patrimônio histórico e artístico foi o Paraná. No entanto, esse órgão institucional, bem como outras iniciativas estaduais que se seguiram na federação, repetiram o repertório estilístico e tipológico consagrado na fase heroica do IPHAN, para a escolha dos bens a serem protegidos. Já a atuação da DPHA-GB se distingue das demais, tanto por contemplar o reconhecimento de exemplares ecléticos quanto pelo método de análise que considera valores culturais e urbanos da paisagem [02]. Esse foi um passo importante para reconhecer o patrimônio ambiental urbano.

Segundo Olínio Coelho (2013), as propostas de tombamento eram elaboradas pela equipe do serviço. Depois seguiam para o diretor da Divisão para seu parecer e aprovação. Caso o parecer fosse favorável, este encaminhava o processo ao Departamento

de Cultura. Por sua vez, o departamento encaminhava o processo de tombamento ao Secretário de Educação para sua homologação. Em caso de aprovação pelo secretário, o processo seguia para a sua última instância, indo ao Gabinete do Governador, para este decretar o tombamento. Ainda segundo Coelho (2013), alguns processos não chegavam à decretação por motivos que a Divisão desconhecia e desapareciam nos trâmites burocráticos. Ele cita como exemplos desses casos os tombamentos da edificação modernista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Composição Paisagística Eclética do Campo de Santana. Porém, outros monumentos chegaram a ser tombados e destombados, como foi o caso do sobrado eclético de inspiração *art-nouveau* da Fábrica do Elixir de Nogueira e o Palacete Neoclássico do Solar do Marquês de Itanhaém.

Figura 2

Bens tombados pela DPHA-GB (1964-1974)

Fonte: autores, 2013

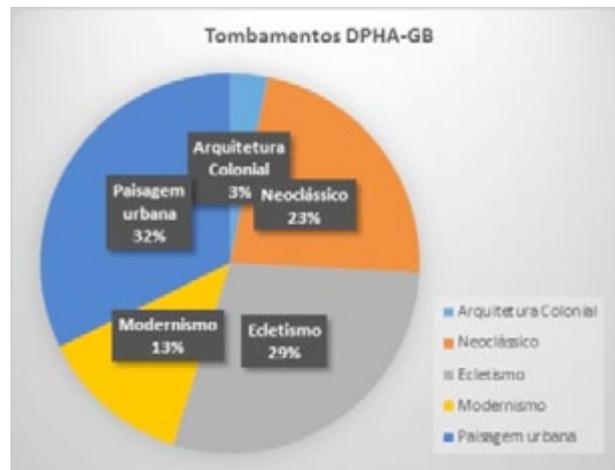
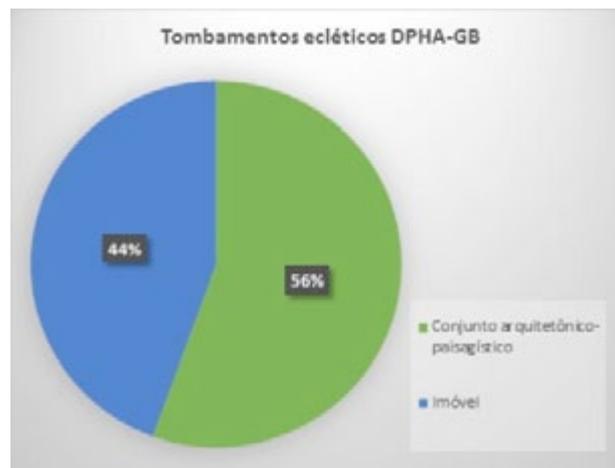


Figura 3

Destaque para os tombamentos ecléticos isolados e de conjunto do DPHA-GB (1964-1974)

Fonte: autores, 2013



É possível perceber, nos primeiros exemplares protegidos pelo DPHA-GB, uma preocupação com a ambiência e visibilidade da edificação histórica, pois em muitos casos, o tombamento do Estado da Guanabara incluía também a envoltória paisagística dos bens [03]. É significativo o caso do primeiro tombamento do Estado da Guanabara ter sido o Parque Henrique Lage, em 1965.

O Conjunto Paisagístico do Parque Lage - ou Mansão Besanzoni-Lage - tem sua origem no tratamento paisagístico implantado entre 1840-1849; já o palacete é um exemplar Eclético, da segunda década do século XX. O primeiro tombamento do Parque Lage foi homologado no dia 14 de junho de 1957, pelo Conselho Florestal do Ministério da Agricultura e pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu valor paisagístico. Mas, a proteção foi revogada, em agosto de 1960, por decisão do Presidente Juscelino Kubitschek. O destombamento escondia planos imobiliários que em nada se enquadravam ao interesse público. A Empresa Comércio e Indústria Mauá S.A, do empresário Roberto Marinho, havia arrematado parte da propriedade em um leilão público (Coelho, 2013). Inclusive, já havia um projeto arquitetônico elaborado pelo Arquiteto Henrique Mindlin e aprovado pelo Patrimônio Nacional. O empreendimento imobiliário, de seis blocos de apartamentos, iria destruir parte da vegetação da área. Cópia desse projeto pode ser consultado no *dossiê* do Parque Lage, no Arquivo Noronha Santos, do IPHAN. Segundo Coelho (2013), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e o Jardim Botânico não se manifestaram contra a destruição do Parque Lage, porque ambos integravam os quadros da Administração Federal, que determinara o destombamento do parque.

No dia 11 de novembro de 1964, o Governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda declarou o imóvel de utilidade pública para efeito de desapropriação, pelo Decreto "E" nº 552, determinando, pelo Decreto "E" nº 788 de 15 de junho de 1965, a inscrição do Parque Lage no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Divisão de Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Guanabara. Objetivava, assim, resguardar o patrimônio ambiental do parque, como também reiterar a solicitação de seu tombamento junto ao IPHAN. Assim, o destombamento foi revertido e o bem permaneceu com sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Patrimônio Federal.

A falta de sincronia entre os órgãos estadual e federal pode ser também observada em outros casos que tiveram como resultado a perda de exemplares ecléticos como a Torre Eiffel e o Solar Monjope. A edificação denominada "Torre Eiffel" era um exemplar da Arquitetura de *magasins* do início do século XX, localizada na Rua do Ouvidor nº 97/99. Foi incluída na lista dos prédios a serem preservados pela DPHA-GB. Seu tombamento estadual foi apoiado por parecer técnico emitido pelo diretor do IPHAN, Lucio Costa, por considerar que sua perda representaria "um prejuízo irreparável para a história da cidade e para o patrimônio sentimental de todos os cariocas" (COSTA, 1967 apud. PÊSSOA, 1999, p.206). No entanto, a proposta de tombamento não chegou a se concretizar. Segundo Olíneo Coelho (1992) a proposta encaminhada pela DPHA-GB não recebeu acolhida do Governo Estadual. Soma-se a isso, a negativa do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em tombar, em nível federal, por considerar uma atribuição do Patrimônio Estadual, mesmo diante da eminente destruição. Esconde-se nessa negativa do Conselho, a parcialidade no julgamento de juízo de valor: nacional x regional. O imóvel foi demolido em 1967, para dar lugar a um novo edifício comercial.

Outro exemplar destruído por desinteresse do Poder Executivo e omissão do Patrimônio Nacional foi a edificação neocolonial, do Solar Monjope, na Rua Jardim Botânico, 414. Segundo Olíneo Coelho (2013), o Governador não aprovou o tombamento. A edificação pertenceu ao Médico e Colecionador de Arte José Marianno Carneiro da

Cunha. Pelo fato do Dr. Marianno ser muito ligado aos ciclos de arte, este é acatado como o principal divulgador do estilo neocolonial – considerado por ele como o estilo tradicional brasileiro. Chegou a ser presidente da Associação Brasileira de Belas Artes, em 1924 e, posteriormente, Diretor da Escola Nacional de Belas Artes. Em sua atuação em defesa do neocolonial, acabou por criar simpatizantes e muitos opositores, entre estes, Lucio Costa.

A edificação considerada um falso testemunho, por Lucio Costa, em seu parecer de 30 de outubro de 1973 (PÉSSOA, 1999), recomenda somente a preservação da arborização do jardim – com frondosas árvores frutíferas - e a recuperação de peças artísticas coloniais. A demora na solução da questão, e a possibilidade do tombamento estadual ser realizado fez com que os proprietários permitissem a derrubada no solar, com trator em uma madrugada, em 1973. Assim, as obras de arte integradas à edificação, destacadas no parecer de Lucio Costa para serem retiradas e preservadas, não chegaram a ser salvas. A única restrição conseguida pelos órgãos de proteção foi a redução do gabarito das novas construções para 6 pavimentos.

Considerações finais

Os tombamentos do Patrimônio Eclético Carioca, realizados pelo antigo Estado da Guanabara, levavam em conta o valor didático, urbanístico e artístico dos referidos bens. Mas a DPHA-GB contribuiu, não apenas para a aceitação e o reconhecimento do valor estético da Arquitetura Eclética Carioca, mas também, para a proteção das envoltórias paisagística dos bens tutelados. Sua produção e atuação influenciaram outros departamentos, com destaque para o INEPAC e o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. No âmbito das secretarias municipais, no Rio de Janeiro, a influência indireta desse pensamento de proteção da ambiência de conjuntos pode ser compreendida em projetos de planejamento urbano como o Corredor Cultural, desenvolvido, pela Secretaria de Planejamento em 1979. Nesse projeto pioneiro, discutia-se a questão da proteção do patrimônio histórico do ponto de vista da vida cotidiana e da memória dos cidadãos, além da importância histórica e artística dos conjuntos.

Os estudos de tombamento do INEPAC, que herdou os processos da DPHA-GB, indicam uma nova mentalidade na historiografia da preservação que levava em consideração aspectos tais como: contexto histórico, subjetividade, ambiência urbana. Destacam-se, nos processos de tombamento de meados da década de 1970, os tombamentos do *Chalet* e do Casarão da *Western Telegraph* (Niterói), o Cinema *Iris* (Rio de Janeiro, no Bairro do Centro) e o Jardim de Infância Marechal Hermes (Rio de Janeiro, no Bairro de Botafogo). Apesar de apresentarem tipologias arquitetônicas e programas de uso distintos, esses estudos de caso são exemplos do legado deixado pela Divisão para a preservação da cultura urbana. Os pareceres, que receberam contribuições de integrantes do antigo DPHA-GB, como Marcello de Ipanema, apresentam justificativas que incorporam conceitos muito próximos do psiquismo, inclusive no que tange às experiências sensoriais que o espaço transmite aos observadores.

Fica evidente que os pareceres técnicos são guiados pelo reconhecimento de que o meio ambiente urbano é fruto das relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si. Assim, o patrimônio não é um objeto estático, pois está articulado com a cidade em termos de qualidade ambiental. Preservar o patrimônio ambiental urbano é conservar o equilíbrio da paisagem – perfil geográfico, perfil histórico, linguagem urbana, usos e elementos da arte urbana – com o objetivo de garantir qualidade de vida e possibilidades de desenvolvimento das sociedades humanas.

No meio acadêmico, o interesse despertado pela produção eclética na década de 1980, intensifica-se na década seguinte. Como consequência, é possível identificar pesquisas e estudos dedicados à produção arquitetônica eclética e a seus arquitetos. Assim, personagens como Archimedes Memória, Heitor de Mello, Gustavo Gile, Antônio Januzzi e Porto D’Ave são resgatados do purgatório estilístico. A retomada do interesse por esses e outros arquitetos ecléticos é fundamental para a revisão da historiografia da Arquitetura Carioca e para a Brasileira.

Agradecimentos

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ por ter concedido a Bolsa de Iniciação de Pesquisa; ao Arquiteto Sergio Linhares, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/INEPAC, por ter aberto o arquivo técnico da sua instituição, à nossa consulta; ao Historiador Mário Aizen, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade/PCRJ, por generosamente ter nos instruído, onde o arquivo da extinta divisão poderia estar; aos técnicos do arquivo, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro/AGCRJ, por gentilmente terem localizado o material da divisão e permitir a nossa consulta e, finalmente, ao Professor Olínio Coelho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, por compartilhar conosco, suas lembranças dos anos de trabalho e luta pela preservação na divisão, através de sua entrevista.

Referências

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARATA, F. Relatório do Estado da Guanabara, 1971. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil**, 1, 1971. Salvador. **Anais...** Salvador, Bahia: Departamento de assuntos culturais/MEC, 1973.

COELHO, O.P. **Olínio Coelho: depoimento** [ago. 2013]. Entrevistador: AUTOR. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Reconhecimento e valorização da Arquitetura Eclética Carioca: a interrupção do tombamento do Conjunto Arquitetural Eclético da Fundação Oswaldo Cruz pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico.

COSTA, L. Casa à rua do Ouvidor, 97/99, loja “a Torre Eiffel”, Rio de Janeiro – RJ, 1967. In: PESSÔA, J. (Org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

_____. **Muita construção, alguma arquitetura e um milagre**. Revista Catálogo III Congresso. 1962. P.41-68.

DEL BRENNA, G. **Rio Eclético**. Rio de Janeiro: Fundação Rio, 1981 (Coleção Rio. Guia para uma História Urbana).

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-IPHAN, 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Compromisso de Salvador, 1971. In: CURY, I. (Org.). **Cartas patrimoniais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio - IPHAN/Ministério da Cultura, 2000.

IPANEMA, M. de. **Patrimônio Histórico da Guanabara e o seu pessoal**. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, n. 117, p.2, 18 fev. 1968. Suplemento.

_____. Apresentação. In: COELHO, O. G. P. **Do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: [s.n], 1992.

MILET, V. **A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil**. Olinda, Pernambuco: Prefeitura de Olinda, 1988.

MOTTA, Lia. Cidades Mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 2002.p. 124-139.

PEIXOTO, G.R. **INEPAC: um perfil dos 25 anos de Preservação do Patrimônio Cultural no Estado do Rio de Janeiro**. Arquitetura Revista FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, p. 8-23, 1990.

PÊSSOA, J. (Org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob gerência dos idealizadores, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 1679-7604) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de arquitetura e urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis online para todos os pesquisadores que se interessarem em difundir seus trabalhos, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente - de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.